

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2016/2017



TIG

**A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS NO ÂMBITO DA
FUNÇÃO DE COMBATE COMANDO-MISSÃO NA CAMPANHA
MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU
(1963-1974).**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA
OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA
NACIONAL REPUBLICANA.**

CAPITÃO INFANTARIA Hélder Clemente Rosa De Brito
CAPITÃO INFANTARIA Miguel M. L. Fidalgo Pistola (Coordenador)
CAPITÃO INFANTARIA Pedro Henrique Santos França
CAPITÃO ARTILHARIA Carlos Jorge Cid Figueira
CAPITÃO TRANSMISSÕES Sílvia Andrea Teixeira Gomes



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**A AÇÃO PSICOLÓGICA E OS ASSUNTOS CIVIS NO ÂMBITO DA
FUNÇÃO DE COMBATE COMANDO-MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR
NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ-BISSAU (1963-1974).**

CAPITÃO INFANTARIA Hélder Clemente Rosa De Brito
CAPITÃO INFANTARIA Miguel M. L. Fidalgo Pistola (Coordenador)
CAPITÃO INFANTARIA Pedro Henrique Santos França
CAPITÃO ARTILHARIA Carlos Jorge Cid Figueira
CAPITÃO TRANSMISSÕES Sílvia Andrea Teixeira Gomes

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS Ex A/S 2016/2017

Pedrouços 2017



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**A Ação Psicológica e os Assuntos Cíveis no âmbito da função de
combate Comando-Missão na campanha militar no Teatro de
Operações da Guiné-Bissau (1963-1974).**

CAPITÃO INFANTARIA Hélder Clemente Rosa De Brito
CAPITÃO INFANTARIA Miguel M. L. Fidalgo Pistola (Coordenador)
CAPITÃO INFANTARIA Pedro Henrique Santos França
CAPITÃO ARTILHARIA Carlos Jorge Cid Figueira
CAPITÃO TRANSMISSÕES Sílvia Andrea Teixeira Gomes

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS-E A/S 2016/2017

Orientador: TENENTE-CORONEL INFANTARIA TELMO LAU HING

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso Anti Plágio

Declaramos por nossa honra que o trabalho que apresentamos é original e que todas as citações estão corretamente identificadas. Temos consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética e disciplinar.

Pedrouços, 03 de julho de 2017

CAPITÃO INFANTARIA Hélder Clemente Rosa De Brito

CAPITÃO INFANTARIA Miguel M. L. Fidalgo Pistola

CAPITÃO INFANTARIA Pedro Henrique Santos França

CAPITÃO ARTILHARIA Carlos Jorge Cid Figueira

CAPITÃO TRANSMISSÕES Sílvia Andrea Teixeira Gomes



Agradecimentos

Findo o presente trabalho de investigação gostaríamos de manifestar, em primeiro lugar, o nosso apreço às nossas famílias pela compreensão e apoio que nos deram durante a frequência do CPOS.

Quereríamos agradecer o apoio prestado pelos vários oficiais do Exército Português que contactamos, pela orientação do trabalho, aconselhamento na bibliografia a consultar e pelas sugestões apresentadas, de relevante importância para a realização deste trabalho.

Ao Arquivo Histórico Militar pelo aconselhamento na pesquisa e cedência de material essencial neste trabalho de investigação.

À Biblioteca do Exército e à Biblioteca do Instituto Universitário Militar pela disponibilidade, apoio na revisão bibliográfica e pela disponibilização do material bibliográfico necessário.

A todos o nosso sincero agradecimento.



Índice

Introdução	1
1. Enquadramento Doutrinário	5
2. A Ação Psicológica	10
2.1. Doutrina, formação e treino	10
2.2. Estrutura organizacional	10
2.3. Atividades de Ação Psicológica	12
2.4. O papel do Comandante na condução da Ação Psicológica.....	15
2.5. Síntese conclusiva	15
3. Os Assuntos Cíveis	16
3.1. Doutrina, formação e treino	16
3.2. Estrutura organizacional	17
3.3. Atividades de Assuntos Cíveis	18
3.4. O papel do Comandante na condução dos Assuntos Cíveis.....	20
3.5. Síntese conclusiva	21
4. A Ação Psicológica e os Assuntos Cíveis à luz do Comando-Missão	23
Conclusões.....	27
Bibliografia.....	30

Índice de Figuras

Figura 1 - Enquadramento conceptual da APsic.	7
Figura 2 - Folheto de Propaganda.....	12
Figura 3 - Cartaz de Propaganda	13
Figura 4 - Enquadramento das atividades de AssCiv com as missões do Exército	17
Figura 5 – Organização dos comandos e unidades de AssCiv.	18
Figura 6 – Atividades desenvolvidas pelo Pelotão de AssCiv	19

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Modelo de Análise.....	23
-----------------------------------	----



Resumo

O presente trabalho de investigação apresenta como tema “A Ação Psicológica e os Assuntos Cíveis no âmbito da função de combate Comando-Missão na campanha militar no Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974)”, um assunto com reconhecido interesse para o Exército Português.

O objetivo principal é analisar a Ação Psicológica e os Assuntos Cíveis à luz da função de combate Comando-Missão e sob o ponto de vista das Forças Terrestres.

Para a elaboração do trabalho recorreu-se à metodologia da investigação científica utilizando o método dedutivo, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental acerca desta temática.

Assim, conclui-se que as Forças Terrestres em geral, e os Comandantes em particular, desenvolveram uma atividade relevante através do emprego da Ação Psicológica e dos Assuntos Cíveis, como fator multiplicador do potencial de combate. Contudo, verificou-se que o essencial na contrassubversão é o controlo das populações, sendo somente possível garantir este desiderato através da unidade de esforços entre as Autoridades Cíveis e militares na condução dos Assuntos Cíveis e da Ação Psicológica.

Palavras-chave

Ação Psicológica, Assuntos Cíveis, Guiné-Bissau, Comando-Missão.



Abstract

This research work presents the theme "The Psychological Action and Civil Affairs under the context of the warfighting function mission command in Guiné-Bissau military campaign theatre of operations (1963-1974)", a subject with recognized interest for the Portuguese Army.

The main objective is to analyze the Psychological Action and Civil Affairs under the context of the warfighting function Mission Command and from the point of view of land forces. To produce this research work was followed the scientific research methodology using the deductive scientific method supported by bibliographic and documentary research about the theme.

We concluded that the land forces in general, and the commanders in particular, developed a significant activity in the employment of Psychological Action and Civil Affairs, as a multiplier factor of combat power. Although, it was found that the essential of counterinsurgency is the control of populations and it is only possible through the guarantee of an effort unit between the civil authorities and the military in the conduct of Civil Affairs and Psychological Action.

Keywords

Psychological Action, Civil Affairs, Guiné-Bissau, Mission Command.



Lista de Abreviaturas

A

APsic Ação Psicológica

ASoc Ação Social

AssCiv Assuntos Cíveis

C

CECA Comissão para o Estudo das Campanhas de África

CIOE Centro de Instrução de Operações Especiais

CIMIC Cooperação Civil-Militar

CONCP Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias
Portuguesas

CPOS Ex A/S Curso de Promoção a Oficial Superior do Exército Armas e Serviços

E

EM Estado-Maior

EME Estado-Maior do Exército

F

FFAA Forças Armadas

FLING Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné

FRELIMO Frente de Libertação de Moçambique

FT Forças Terrestres

FTTO Forças Terrestres do Teatro de Operações

G

GEN General

I

IAEM Instituto de Altos Estudos Militares

IESM Instituto de Estudos Superiores Militares

IUM Instituto Universitário Militar

INFOOPS Operações de Informações (Information Operations)

M

MLSTP Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola

N

NATO North Atlantic Treaty Organization



NF	Nossas Forças
O	
ONU	Organização das Nações Unidas
P	
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PelAssCiv	Pelotão de Assuntos Cíveis
PD	Pergunta Derivada
PP	Pergunta de Partida
Q	
QG	Quartel-General
QO	Quadro Orgânico
PSYOPS	Operações Psicológicas (Psychological Operations)
R	
Rep	Repartição
RM	Região Militar
T	
TCor	Tenente-Coronel
TIG	Trabalho de Investigação de Grupo
TN	Território Nacional
TO	Teatro de Operações



Introdução

O presente Trabalho de Investigação de Grupo (TIG) apresenta como tema “A Ação Psicológica e os Assuntos Cíveis no âmbito da função de combate Comando-Missão na campanha militar do Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974)”. Este assunto reveste-se de significativa importância, pelo facto de permitir estabelecer uma analogia no modo como as Forças Terrestres (FT) empregaram a Ação Psicológica (APsic) e os Assuntos Cíveis (AssCiv) durante aquela época, comparando com a condução dos conflitos na atualidade.

Como forma de contextualizar o tema, importa perceber a razão pela qual a província ultramarina da Guiné-Bissau esteve mergulhada numa guerra subversiva no período entre 1963 e 1974, provocada por movimentos independentistas que seguiam ideologias leninistas-marxistas. Estes ideais surgiram com a Revolução Russa (1917) e foram potenciados com a criação da Sociedade das Nações (1919), após a Grande Guerra Mundial, visando essencialmente a necessidade de emancipação dos povos e a vontade de libertação dos continentes africano e asiático da presença colonial.

Perante este cenário, grande parte dos territórios colonizados, em África e na Ásia, através da ação dos movimentos independentistas e com o apoio da Sociedade das Nações, conseguiram obter a independência.

Em 19 de Setembro de 1956, Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes, Elisée Turpin e Rafael Barbosa criam o Partido Africano da Independência/União dos Povos da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), defendendo a independência da Guiné Portuguesa e de Cabo Verde.

Na década de 1950, a Guiné Portuguesa era a província ultramarina mais pobre e menos desenvolvida da África, o que potenciou a formação de movimentos nacionalistas tanto na Guiné como em Cabo Verde.

Em 1959 ocorreu o Massacre de Pijiguiti¹, quando tropas portuguesas abriram fogo contra estivadores que manifestavam, matando 50 destes. Este massacre provocou uma grande comoção da população da colónia, que acabou assim a apoiar as ações do PAIGC pela independência da Guiné.

¹ A greve dos trabalhadores do porto de Bissau (Guiné), de estivadores e marinheiros que reivindicavam um aumento salarial. Foi violentamente reprimida pelas autoridades coloniais, registando-se cerca de 50 mortos e uma centena de feridos. Em princípio, não houve enquadramento partidário. Este acontecimento ficou para a história com o nome de "Massacre de Pidjiguiti". O "3 de Agosto" foi transformado num dos momentos da luta de libertação da Guiné-Bissau. (in <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040885>)



Quando se deu a estabilização do partido na Guiné Bissau entre 1960 e 1962, começa a formação de militantes e quadros de expansão para o interior da Guiné Bissau e os pedidos de apoio aos países amigos, aos quais a República Popular da China dá o primeiro passo, recebendo Amílcar Cabral e alguns militantes e dando-lhes preparação e formação ideológica, em 1961 o Reino de Marrocos dá-lhes apoio idêntico.

Em 1961, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) e o PAIGC formaram a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), uma organização nacionalista comum para coordenar as lutas pela independência das colónias portuguesas em toda África.

O PAIGC era originalmente um movimento pacífico, e sua primeira estratégia foi pedir a retirada pacífica das tropas portuguesas da colónia de Guiné, como esta via falhou, passou a utilizar medidas mais violentas para conseguir a independência. A luta armada contra a ocupação portuguesa começou em março de 1962, tendo a guerrilha concentrado esforços na Guiné continental, pois a logística impedia o desenvolvimento de uma luta armada nas ilhas de Cabo Verde.

Em janeiro de 1963, Cabral declarou guerra contra Portugal, onde sob o contexto da Guerra Fria, os guerrilheiros do PAIGC receberam armamento e treino da União Soviética, de Cuba e da China.

Posto isto, pretende-se com este trabalho destacar a forma como as FT, inicialmente preparadas para atuar em conflitos segundo uma doutrina convencional, viram-se obrigadas a desenvolver doutrina e técnicas de combate para atuar em ambiente subversivo. Aqui o emprego da APsic e dos AssCiv assume um papel determinante no cumprimento da missão.

Para além dos conceitos de APsic e AssCiv, colocou-se inevitavelmente a questão da importância do papel do Comandante na compreensão, visualização, descrição, direção, liderança e avaliação do Teatro de Operações (TO) tendo em conta a possibilidade de ter de operar num ambiente operacional onde existisse incerteza.

O objeto de estudo deste trabalho é a “A Ação Psicológica e os Assuntos Cíveis no âmbito da função de combate Comando-Missão”. Todavia para estudarmos a problemática em questão é de igual forma importante a delimitação, confinando o estudo unicamente ao TO da Guiné-Bissau, no período de 1963 a 1974 e às FT.

Os objetivos gerais deste trabalho são analisar a APsic e os AssCiv no âmbito da função de combate Comando-Missão no TO da Guiné-Bissau (1963-1974), de acordo com



a doutrina vigente na época, analisando o seu emprego e as alterações que foram sendo introduzidas ao longo deste período.

De forma a atingir o objetivo geral acima exposto, este estudo comporta os seguintes objetivos específicos:

- Descrever a doutrina, formação e treino vigente para a APsic e para os AssCiv;
- Descrever a estrutura organizacional existente para a APsic e para os AssCiv;
- Descrever as atividades de APsic e AssCiv;
- Descrever o papel do Comandante na condução da APsic e dos AssCiv;

Para o desenvolvimento do presente TIG propõe-se a seguinte Pergunta de Partida (PP): De que forma as FT empregaram a APsic e os AssCiv no TO da Guiné-Bissau, entre 1963 e 1974 no âmbito da função de combate Comando-Missão?

Com vista a atingir os objetivos específicos, propõem-se as seguintes Perguntas Derivadas (PD):

PD1: Como foi conduzida a APsic pelas FT no TO?

PD2: Como foram conduzidos os AssCiv pelas FT no TO?

A investigação apresenta a conjugação de conhecimentos teóricos e a aplicação dos mesmos a cenários reais. Neste sentido e tendo em conta os objetivos propostos, o percurso metodológico adotado seguiu o método dedutivo, de acordo com a publicação “Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação”, do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), incidindo na pesquisa de documentação e recolha de dados acerca do tema. Na elaboração do trabalho utilizou-se como referência o estilo Harvard-Anglia, recorrendo ao mecanismo de referência automática do processador de texto Microsoft Word 2016.

Durante a investigação procedeu-se à pesquisa de manuais doutrinários da época para construção do modelo conceptual. Foram também consultados relatórios de APsic do TO da Guiné-Bissau, livros, revistas e informação disponível na internet relacionada com a temática. No final, efetuou-se uma análise da informação recolhida, apresentando as conclusões e a resposta à PP.

Conforme o índice, o trabalho encontra-se organizado e estruturado com uma introdução, seguida de quatro capítulos e as conclusões. De acordo com a organização referida, no primeiro capítulo é apresentado um enquadramento conceptual onde são definidos os conceitos importantes para a compreensão do trabalho. No segundo e terceiro capítulos, são analisadas as formas como a APsic e os AssCiv foram empregues pelas FT no



TO da Guiné-Bissau. No quarto capítulo é efetuada uma análise de como a APsic e os AssCiv à luz do Comando-Missão. O estudo termina com a apresentação das conclusões decorrentes da análise aos anteriores capítulos.



1. Enquadramento Doutrinário

O ambiente operacional é fulcral em todos os conflitos, no qual as Forças Armadas (FFAA) se devem empenhar em analisar e compreender para atingir os objetivos propostos. As capacidades bélicas, a eficiência na decisão e a vontade humana são fatores que têm um forte impacto no desenrolar e resultado das operações que devem ser devidamente acautelados no processo de planeamento. No conflito em estudo, os comandantes das FT tiveram de ter em conta a tipologia das operações a desenvolver fruto do envolvimento da população e da guerrilha.

Neste TO é de realçar o impacto significativo na resolução do conflito que decorreu da integração e da aplicação da APsic e dos AssCiv. A interação entre a componente civil e o componente militar (seja no âmbito do apoio civil ou através da APsic) permanece até hoje como uma necessidade básica que contribui para a resolução dos conflitos. (Santo, 2014, p. 1).

De acordo com a biografia do General (GEN) Spínola, “a guerra travada na Guiné era um “conflito político e ideológico” e não uma “confrontação armada”. Era a própria “essência” de uma guerra contra - subversiva que determina que “jamais as forças da ordem a possam ganhar no campo militar”, sendo necessário por parte das Forças Terrestres (FT) presentes neste Teatro “garantir o espaço e o tempo necessário às transformações estruturais impostas pela política socioeconómica promovida pelas autoridades constituídas” (Rodrigues, 2010, p. 117). Daqui inferimos que neste conflito existia uma forte componente de guerra ideológica e política, que implicou a introdução assertiva da ação psicológica e de AssCiv, para apoiar a resolução dos conflitos contribuindo a prossecução dos objetivos militares.

Vamos apresentar sucintamente os conceitos em vigor à época, nomeadamente: Ação Psicossocial, APsic, e AssCiv e também o conceito de Comando-Missão com vista a analisar à luz da doutrina atual a forma como este conceito era aplicado.

Importa salientar que no TO da Guiné, as populações foram fortemente visadas, sendo os habitantes muito pressionados pelas ações militares e psicológicas, quer de propaganda quer de contrapropaganda, de ambas as partes em confronto, vivendo num clima de insegurança permanente e passando grandes privações, entrando num estado de desequilíbrio psicológico.

A Ação Psicossocial foi uma das atividades levadas a cabo, que mais impacto teve nas operações durante este conflito, como forma de combater os movimentos subversivos,



atuando psicologicamente sobre a população, de forma a conquistar o seu afeto e confiança, através da Ação Social (ASoc). Neste âmbito, podemos definir a Ação Psicossocial como “a ação a exercer sobre a população de um território onde se pretende levar a efeito uma luta contra a subversão, conduzida sob duas formas – APsic e ASoc. (EME, 1966, pp. I-2).

A ASoc é a “ação que consiste na aplicação de um conjunto de medidas de carácter assistencial, devidamente coordenadas, que, melhorando as condições de vida da população e elevando o seu nível cultural, contribuem para ganhar confiança dessa população e conquistar-lhes os corações; tem por finalidade essencial sensibilizar a população, de forma a torná-la mais receptiva à ação psicológica” (EME, 1963). A ASoc era realizada através das equipas de AssCiv.

A APsic é a “ação que consiste na aplicação de um conjunto de diversas medidas devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos, com a finalidade de fortificar a determinação e o espírito combativo dos meios amigos, atrair a simpatia ativa dos meios neutros, esclarecer a opinião de um e de outros, contrariar a influência adversa sobre eles e modificar a atividade dos meios adversos num sentido favorável aos objetivos a alcançar”. Esta, pode ser exercida, sobre meios amigos, neutros e adversos e pode ter como alvos a população em geral, quer esta seja amiga, neutra ou simpatizante com o adversário, o adversário e as nossas forças (EME, 1963).

A APsic tinha por finalidade analisar e conter os métodos e sistemas de propaganda e contrapropaganda, recolher informações e moldar a opinião pública para que as tropas no terreno retirassem vantagem desta abordagem.

A APsic podia ser efetuada através de três formas: propaganda, contrapropaganda e informação. A propaganda é o meio mais poderoso de influenciar a opinião pública, pretendendo impor as suas ideias e doutrinas nos indivíduos ou nos grupos. A contrapropaganda é a propaganda efetuada com a finalidade de rebater e de neutralizar a propaganda adversa. A informação é uma comunicação de notícias, factos, comentários e explicações, com o intuito de esclarecer os indivíduos e fazê-los compreender o meio onde estão inseridos e quais os problemas reais para se poderem defender da propaganda do adversário (EME, 1963).

Quanto aos alvos da APsic, quando esta é exercida sobre o adversário, pretende-se fundamentalmente desmoralizá-lo, levando-o a capitular através da demonstração da sua impotência, insegurança e descrença no seu êxito, tanto na sua ação como na liderança e se



possível levar a uma posterior colaboração ativa com as autoridades legais. Esta ação é conduzida essencialmente, sob a forma de propaganda e de contrapropaganda (EME, 1966, pp. II-13) (Figura 1).

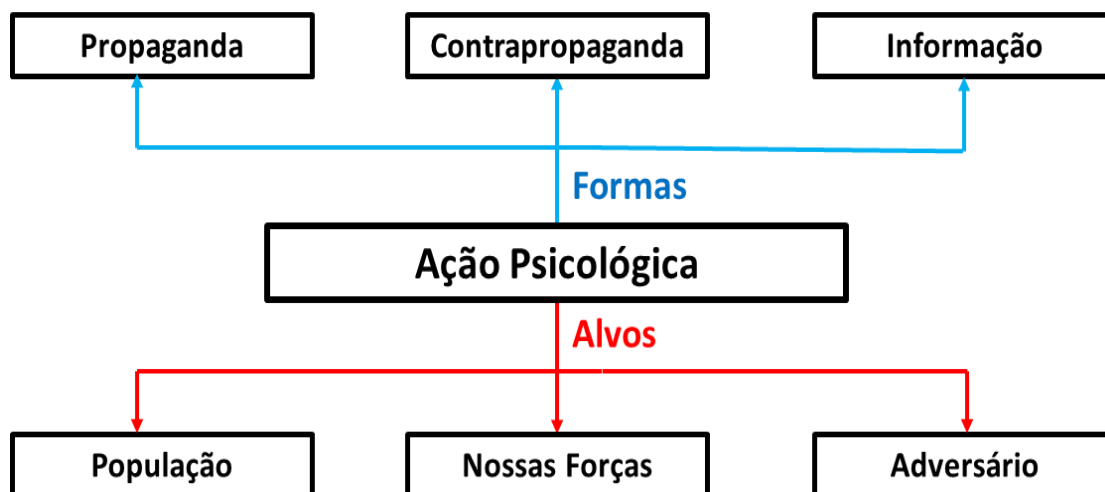


Figura 1 - Enquadramento conceitual da APsic.

Fonte: (EME, 1966, pp. II-13)

A APsic “a exercer sobre a população pode distinguir-se em dois aspetos diferentes, embora na prática, todos eles se encontrem intimamente relacionados: a ação psicológica, a ação social” (EME, 1963, pp. II-3).

A implementação da APsic sobre as Nossas Forças (NF) visa “formar, manter e fortalecer o moral do pessoal e imunizá-lo contra os ataques psicológicos adversos”, preparando-o “para colaborar na APsic a exercer junto das populações e sobre o adversário” (EME, 1966, pp. 15-16).

Os AssCiv são outro conceito que importa esclarecer e analisar à luz da doutrina da época, já que estes tiveram um papel importante no desenrolar das operações no TO da Guiné.

Os AssCiv são definidos como o conjunto de atividades de comando que abrangiam as relações entre as forças militares, as autoridades cíveis e a população, num determinado país ou território (IAEM, 1976).

Dada a abrangência das atividades de AssCiv, cobrindo a “totalidade do espectro das relações civil-militares” e “em função da situação e da alteração de responsabilidades das Autoridades Cíveis”, o exercício destas atividades poderia ser desenvolvido num determinado território pertencente a um país amigo, ou em parte dele, bem como no nosso próprio território, quer em tempo de paz ou em tempo de guerra. Desta forma, as atividades de



AssCiv poderiam ser empregues nas seguintes situações: num TO em situação de guerra, ou em Território Nacional (TN) em tempo de paz, em situação de emergência ou em situação normal (IAEM, 1976, pp. 1-3).

A ligação entre forças militares, autoridades cíveis e a população, foi a base e um fator de assinalada importância para autores como Espírito Santo (2009) e Rodrigues Coelho (2013), que advogaram a importância que este tipo de matérias teve no decurso das operações nos TO das províncias ultramarinas.

Para se analisar o emprego da ação APsic e dos AssCiv à luz do Comando-Missão, importa definir antes os conceitos de Operações Psicológicas (PSYOPS) e de Cooperação Civil-Militar (CIMIC), para depois se apresentar o conceito de Comando-Missão.

À luz da doutrina atual as Operações de Informação (INFOOPS), são uma função militar que integra as áreas de atividade PSYOPS e a CIMIC, visando influenciar os decisores e o processo de decisão do inimigo ou terceiros, em apoio dos nossos objetivos políticos e militares (Exército Português, 2012).

Designam-se por PSYOPS, as atividades psicológicas planeadas, que utilizam meios de comunicação e outros meios, dirigidas a Audiências Alvo aprovadas, destinadas a influenciar as perceções, atitudes e comportamentos, que contribuam para a realização de objetivos políticos e militares (NATO, 2015).

A CIMIC consiste na coordenação e cooperação, em apoio da missão, entre o Comandante NATO e os atores cíveis, incluindo a população e as autoridades locais, bem como as organizações e agências internacionais, nacionais e não-governamentais (NATO, 2013).

A função de combate Comando-Missão, “desenvolve e integra todas as atividades que proporcionam ao Comandante equilibrar a arte de comando e a ciência do controlo” (Exército Português, 2012, pp. 2-25).

O Comando-Missão assenta numa liderança descentralizada que estimula a iniciativa dos diversos escalões de comando para poderem influenciar diretamente os eventos no campo de batalha. Esta ideologia proveniente da cultura militar Prussiana, pressupõe uma relação de confiança dos Comandantes para com os seus subordinados, para que estes agissem de forma criativa, tendo liberdade de decisão na escolha de modalidades de ação relativas a situações imprevisíveis (Shamir, 2011).

O exercício do Comando-Missão refere-se a uma ideia abrangente que unifica o Comando-Missão enquanto função de combate e uma filosofia de comando. Assim, “para



garantir o cumprimento da missão em todo o espectro das operações o Comandante dirige o processo operacional, compreende, visualiza, descreve, dirige, lidera e avalia as operações; desenvolve equipas configuradas em função das missões e tarefas a desempenhar; conduz as atividades de informação e influência” (AII) (Exército Português, 2012, pp. 3-3).

Para melhor compreender e efetuar um paralelismo entre a doutrina atual e a doutrina em vigor na época, importa realçar que, na década de 60 a estrutura orgânica do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, contemplavam uma Repartição (5ªRep) de APsic e AssCiv, que forneciam as orientações para o emprego da Ação Psicossocial sobre a população, o adversário e as próprias forças (EME, 1963, pp. II-1).

Com a evolução dos conceitos doutrinários, surgiram as INFO OPS, como função militar de apoio ao exercício da ação de comando a nível operacional e tático, sincronizando diversas atividades, das quais destacamos as PSYOPS e a CIMIC. A nível tático, atualmente o Comando-Missão sincroniza todas estas áreas do saber, nas quais o comandante tem de sincronizar e coordenar a execução destas atividades, apoiado por todas as funções de combate.



2. A Ação Psicológica

2.1. Doutrina, formação e treino

No que concerne à doutrina da APsic, nos dois primeiros anos de combate, no TO da Guiné, o Comandante e o seu Estado-Maior (EM) eram os principais responsáveis pela doutrina da sua unidade e da sua área de responsabilidade (EME, 1967, p. 1). À época, não existia nenhuma publicação doutrinária orientadora, existindo apenas um conjunto de relatórios de outros países e que requeriam uma ponderada adaptação para serem aplicáveis ao nosso caso particular (EME, 1963, p. 7). Verificava-se também, uma falta de legislação adequada, destinada, essencialmente a conseguir dois objetivos: a unidade de ação e o reforço da autoridade. O Comando-Chefe da Guiné no âmbito desta temática, através de diretivas ou ordens recebidas, era responsável por: providenciar para que os seus subordinados se compenetrassem na importância das questões psicológicas, manter-se permanentemente informado da situação das forças subordinadas, do ponto de vista psicológico, enviar aos escalões superiores todas as informações que possam interessar à condução da APsic e apresentar superiormente sugestões e pedidos de ações que julgassem de interesse para levar a efeito e que possam realizar com os meios de que dispunham (EME, 1967, p. 19).

No âmbito da doutrina, o EME, para fazer face à falta de documentação ao ensino, desenvolveu em 1968, um manual de APsic, que consistia num memorando das funções dos oficiais de APsic nas unidades do Ultramar (EME, 1968, p. 1). Este manual teve relativa importância na Guiné, uma vez que, estabelecia as responsabilidades de cada elemento, dentro dos altos escalões até aos mais baixos escalões, assim como, as atividades e tarefas do Oficial de APsic.

A 2ª Repartição do EME, também em 1968, publicou o caderno “Instrução de Ação Psicológica na Escola de Recrutas”, constituiu uma coleção completa de fichas de instrução acerca da APsic, de forma a facilitar a compreensão dos recrutas sobre a temática (EME, 1968, p. 15).

No treino, foi criado o Centro de Instrução de Operações Especiais em Lamego, com o objetivo de treinar e preparar forças para a luta de contraguerrilha e operações especiais.

Verificou-se que a doutrina e o treino foram evoluindo durante a Guerra na Guiné, o que permitiu criar uma base doutrinária para atuar psicologicamente sobre as populações e sobre o inimigo.

2.2. Estrutura organizacional



A estrutura organizacional da APsic na Guiné estava centralizada nos governos provinciais (EME, 1963, p. 17), os Quadros Orgânicos dos Quartéis-Generais e das Unidades não contemplavam, Repartições ou Seções de APsic. Essa responsabilidade recaía sobretudo no Comandante, ou nos departamentos do Estado que eram responsáveis sobretudo, pelos meios de comunicação de massa (imprensa, rádio, televisão, agências de informação, etc.).

No caso do Exército, esta ação era desenvolvida através do Chefe de Estado-Maior, ou do Comandante-Chefe da Guiné, que tinha a responsabilidade da execução das diretivas de APsic, no território sob a sua jurisdição. Por outro lado, era atribuído ao Comandante-Chefe todos os poderes sobre o território da Guiné (EME, 1963, p. 18). Em matéria de APsic os comandos militares tinham as seguintes missões: providenciar para que os seus subordinados se compenstrassem da importância das questões psicológicas; enviar aos escalões superiores todas as informações que pudessem interessar à condução da APsic; apresentar superiormente sugestões e pedidos relativos a ações julgadas de interesse levar a efeito e que não pudessem realizar com os meios disponíveis. Nesse sentido foram criadas no Exército repartições ou seções de APsic, oficiais de informação pública e unidades especializadas (EME, 1963, p. 79).

No Quartel-General da Guiné foi criada uma repartição individualizada, designada por 5ª Repartição. Esta repartição tinha como missão:

- Coordenar com as repartições de informações e de pessoal a pesquisa e reunião de todas as informações e documentos necessários à sua ação;
- Efetuar estudos de situação e elaborar planos de APsic;
- Conduzir a APsic sobre a população, sobre as tropas e sobre o adversário, de acordo com as diretrizes recebidas e os planos aprovados;
- Levar efeito a informação pública;
- Propor a obtenção de meios e a constituição dos órgãos de execução destinados à APsic e superintender na aquisição;
- Propor certas normas de censura aos principais meios de comunicação com as massas (imprensa, rádio, espetáculos, etc.).

De acordo com o manual “O Exército na Guerra Subversiva III - Ação Psicológica”, refere que as Repartições na Guiné eram constituídas por quatro secções, além do Chefe e do Pessoal de Secretária: Secção de Documentação e Informações, Secção de Estudo e Planeamento, Secção de Operações e a Secção de Instrução. Para além destes elementos,



compreendia elementos civis, especialistas de diversos assuntos, tais como Psicologia, Sociologia, Administração Civil, Imprensa, Rádio e Estatística.

Nas unidades de escalão Batalhão existia um Oficial de APsic, que era o principal conselheiro técnico do comando, o elemento responsável por organizar as operações psicológicas e ao mesmo tempo instruir e orientar os quadros no aspeto psicológico. Por outro lado, deveria elaborar um Plano de APsic – documento base para integração de todas as iniciativas de APsic da Unidade e o Plano de Pesquisa (EME, 1967, p. 5).

Por fim, estes Oficiais de APsic reuniam periodicamente com o comando de que dependiam, para que os Comandantes, ao seu nível, tivessem uma ideia concreta sobre a situação da sua área de responsabilidade e pudessem atuar de forma adequada.

2.3. Atividades de Ação Psicológica

As atividades de APsic foram desenvolvidas no TO em três vertentes: propaganda,

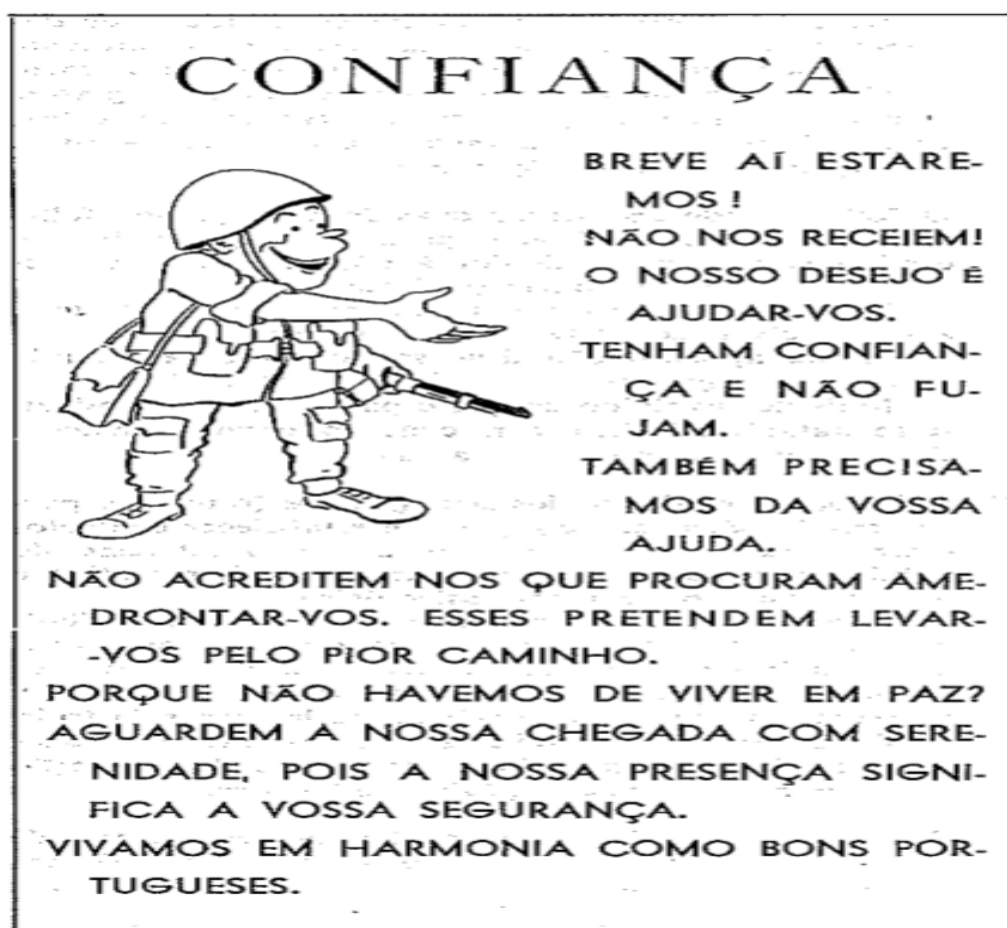


Figura 2 - Folheto de Propaganda.

Fonte: (EME, 1963, p. 71)

contrapropaganda e informação. Estas atividades foram desenvolvidas sobretudo sobre a população, o adversário e as NF. A Propaganda centrava-se, na comunicação de notícias,



factos, comentários, explicações, com a intenção de exercer uma influência sobre as opiniões, emoções, atitudes e comportamento de indivíduos ou de grupos, em benefício de quem os difunde. A propaganda não visava, portanto, o esclarecimento da opinião pública, mas a imposição a esta de certas doutrinas (EME, 1963, p. 43), como é ilustrado na Figura 2, em que se pretende através deste folheto ganhar a confiança da população. Na Guiné o objetivo da propaganda era criar a ideia de que as autoridades portuguesas garantiam não só melhores condições de vida, como a defesa das tradições culturais de cada uma das tribos. As ações de propaganda tiveram o seu ponto alto com a campanha “Por uma Guiné Melhor” (Melo, 1998, p. 114).

As ações desenvolvidas eram sobretudo através da propaganda visual utilizando o lançamento de panfletos e de cartazes expostos nas aldeias. A propaganda auditiva era efetuada através de campanhas de informação radiofónica, exploração de motivações ligadas ao sobrenatural, às superstições e às tradições, em que eram repetidas citações, tais como “A tropa portuguesa luta por uma Guiné Melhor, onde todos tenham paz, progresso e bem-estar” ou “O Inimigo trouxe a guerra e quer a desgraça dos povos da Guiné” (Melo, 1998, p. 115), como é exemplo a Figura 3, cartaz que era colocado na Praça Principal das vilas e das Aldeias.



Figura 3 - Cartaz de Propaganda
Fonte: Pereira, 2016, (Imagem Eletrónica)



A contrapropaganda regia-se pelos mesmos processos, princípios, técnicas que a propaganda, porém com a finalidade de rebater ou neutralizar a propaganda adversa. O objetivo da contrapropaganda era isolar o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na sua capacidade de influenciar as atitudes e comportamentos das populações.

A informação estava direcionada para uma comunicação de notícias, factos, comentários e explicações, mas se o propósito era sobretudo esclarecer os indivíduos, dando-lhes as bases para alicerçarem objetivamente a sua opinião e não impor ideias e doutrinas. Destinava-se, portanto, a consciencializar ou mentalizar a população, fornecendo-lhe os elementos necessários à compreensão dos problemas em causa e levando-a a sentir e a viver a situação com um misto de realismo e de entusiasmo (EME, 1963, p. 54).

A instalação da Emissora Provincial da Guiné foi de extrema importância para que a informação chegasse às populações mais rapidamente, uma vez que, a grande maioria da população era analfabeta. Por outro lado, a realização de Congressos do Povo nas tabancas², onde as populações eram chamadas a discutir e a interessar-se pelos próprios problemas, foi uma das soluções mais interessantes na Guiné, fazendo com que a população aderisse à causa nacional e ao mesmo tempo pudesse vivenciar uma melhoria significativa das suas condições de vida.

Ao nível das NF, a APsic foi efetuada através da Emissora Provincial da Guiné e de programas dedicados à valentia dos militares portugueses, do “Boletim de Informações” a coleção de folhetos intitulado “Soldado! Coisas importantes que deves saber”, cartazes e fotografias.

Os temas de propaganda por: uma “Guiné Melhor”, “Força da Razão” e o “Real progresso económico e social da Guiné”, em especial na aldeia do “Chão Manjaco”, levou a que o inimigo, principalmente alguns membros do PAIGC, devido ao cansaço progressivo da mata e à APsic desenvolvida pelo GEN Spínola, aderissem à causa por uma “Guiné Melhor” (IAEM, 1999, p. 330).

O GEN Spínola através da sua ação de comando conseguiu preservar as populações sob o nosso controle contra a campanha de propaganda, contra o aliciamento lançado pelo inimigo, em especial nas vilas do “Chão Manjaco”, “Chão Fula” e nos núcleos Balantas, captar as populações sob duplo controle e dissociar a população do inimigo População/Inimigo.

² Tabancas – Aldeias que foram construídas com o objetivo de reorganização e defesa do território.



2.4. O papel do Comandante na condução da Ação Psicológica

Foi possível verificar que o Comandante era o principal responsável na sua área de ação pelo planeamento, condução e supervisão da APsic. Por outro lado, a doutrina era diminuta no início do conflito, tornando-se imperativo o contributo do Comandante para o sucesso da atividade. O GEN Spínola ao chegar à Guiné para exercer o cargo de Comandante-Chefe afirmava claramente que “a guerra que Portugal enfrentava naquele território não poderia ter um desfecho meramente militar” (Rodrigues, 2010, p. 117). Para tal, desenvolveu um plano intitulado “uma Guiné Melhor”, que consistia em satisfazer os anseios imediatos da população que tinham sido instigados pelo inimigo e que constavam da sua base de propaganda (Rodrigues, 2010, p. 117). Este plano foi apresentado em Lisboa pelo próprio Comandante-Chefe, conseguindo apoio financeiro para a sua implementação por parte das autoridades do Governo. Aos mais altos escalões, o Comandante-Chefe, efetuava a sua ação de comando através da produção de diretivas de APsic, como é o caso da diretiva “Alfa” de 29 de outubro de 1968, do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, que orientava a 5ª Repartição no sentido de conduzir APsic em determinadas áreas, com a finalidade de preservar as populações sob o nosso controlo (IAEM, 1999, p. 11).

2.5. Síntese conclusiva

Neste capítulo procurámos desenvolver as principais ações que nortearam as Ações Psicológicas das nossas forças no TO da Guiné Bissau. Verificou-se que a doutrina produzida e disponível à época era reduzida, o que levou a que grande parte da APsic fosse centralizada no Comandante do TO.

O GEN Spínola foi bem exemplo disso, ao centralizar toda a sua ação de comando na conquista da população, na melhoria das condições de vida através do desenvolvimento social, económico, educacional e industrial da colónia. De tal forma, conseguiu com a implementação destas medidas e das técnicas de APsic o apoio à causa portuguesa e o repúdio da população às forças inimigas.



3. Os Assuntos Cíveis

Nas últimas décadas, a população tem conquistado um lugar de relevo no desenrolar dos conflitos, obrigando as forças militares que ocupam o seu território a um relacionamento próximo e ao conhecimento das suas práticas, culturas e funcionamento em sociedade. Esta não foi uma situação nova para as forças militares portuguesas na guerra do Ultramar, onde o confronto e convivência com a população autóctone era uma realidade permanente, não sendo o TO da Guiné uma exceção. Segundo afirmava o GEN Spínola, “esta era uma guerra que não podia ser ganha pela força das armas”, “mas apenas pela força da razão” desenvolvendo uma “política de promoção social e cultural das populações” (Rodrigues, 2010).

Para alcançar este desiderato, foi desenvolvido um conjunto de atividades de apoio às populações com o intuito de ganhar a sua confiança e garantir que seriam capazes de resistir a novas investidas dos movimentos subversivos (Oliveira, 1966, p. 150). De seguida serão apresentadas essas mesmas atividades, designadas de AssCiv.

3.1. Doutrina, formação e treino

No que respeita à doutrina, os AssCiv poderiam ser divididos em três planos distintos, agrupados conforme as suas finalidades genéricas e objetivos a atingir: o apoio às operações militares, o apoio às autoridades cíveis e à população e o apoio ao Governo Militar (IAEM, 1976, pp. 4,5). Conforme o Manual Escolar 1500, do IAEM, o apoio às operações militares tinha como aspetos fundamentais evitar ou diminuir a interferência da população nas operações militares e o aproveitamento dos recursos locais em favor dessas mesmas operações. No que concerne ao apoio às autoridades cíveis e à população os aspetos fundamentais a alcançar seriam a execução, pelas forças militares, de certas funções ou exercício de autoridade normalmente da responsabilidade do Governo Civil, o apoio às autoridades cíveis, a seu pedido, a fim de assegurar o livre exercício das funções pelas autoridades cíveis, o funcionamento das instituições e dos serviços e a salvaguarda de pessoas e bens. Por fim, o terceiro elemento fundamental seria a assistência e apoio às autoridades cíveis e à população no âmbito do fomento, bem-estar e proteção civil.

Em termos doutrinários, as atividades de AssCiv foram enquadradas com as missões das FT. Como exemplo apresentamos na figura 4 o esquema que é transcrito do Manual Escolar, no qual são identificadas as áreas com as quais os AssCiv poderiam estar associados.

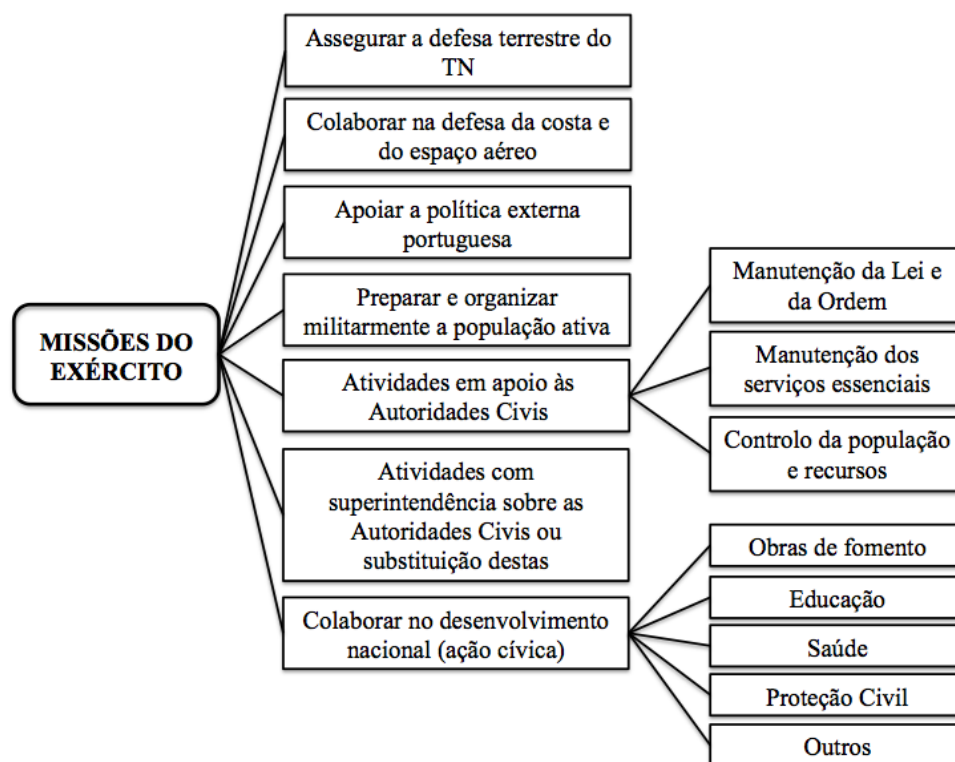


Figura 4 - Enquadramento das atividades de AssCiv com as missões do Exército

Fonte: (IAEM, 1976, p. 10)

Estas atividades podiam ser desenvolvidas aos vários escalões de comando. Assim, na Zona de Combate poderiam ser empregues unidades de escalão Brigada de AssCiv, a maior unidade atribuída ao Exército de Campanha, Batalhão de AssCiv, Companhia de AssCiv e Pelotão de AssCiv. Esta última foi “o comando mais pequeno utilizado em AssCiv” e podia “controlar um concelho” (IAEM, 1976). No entanto, raramente o pelotão atuava independente da Companhia e a sua atividade era normalmente desenvolvida na área de uma Brigada de Combate ou na retaguarda de uma Divisão.

3.2. Estrutura organizacional

No que respeita à estrutura organizacional, os AssCiv estavam integrados na 5ª Repartição/ EM das FT. Esta Repartição tinha a “responsabilidade primária de estado-maior do planeamento, coordenação e supervisão das operações de AssCiv, o que inclui as relações entre as forças militares e a população civil, o seu governo, economia e instituições” (IAEM, 1976, p. 9), sendo que nos escalões de comando abaixo de Divisão a natureza das operações de AssCiv não obrigava à existência de uma seção de EM individualizada. Em termos de estrutura de comando, os AssCiv estavam organizados conforme é apresentado na figura 5.

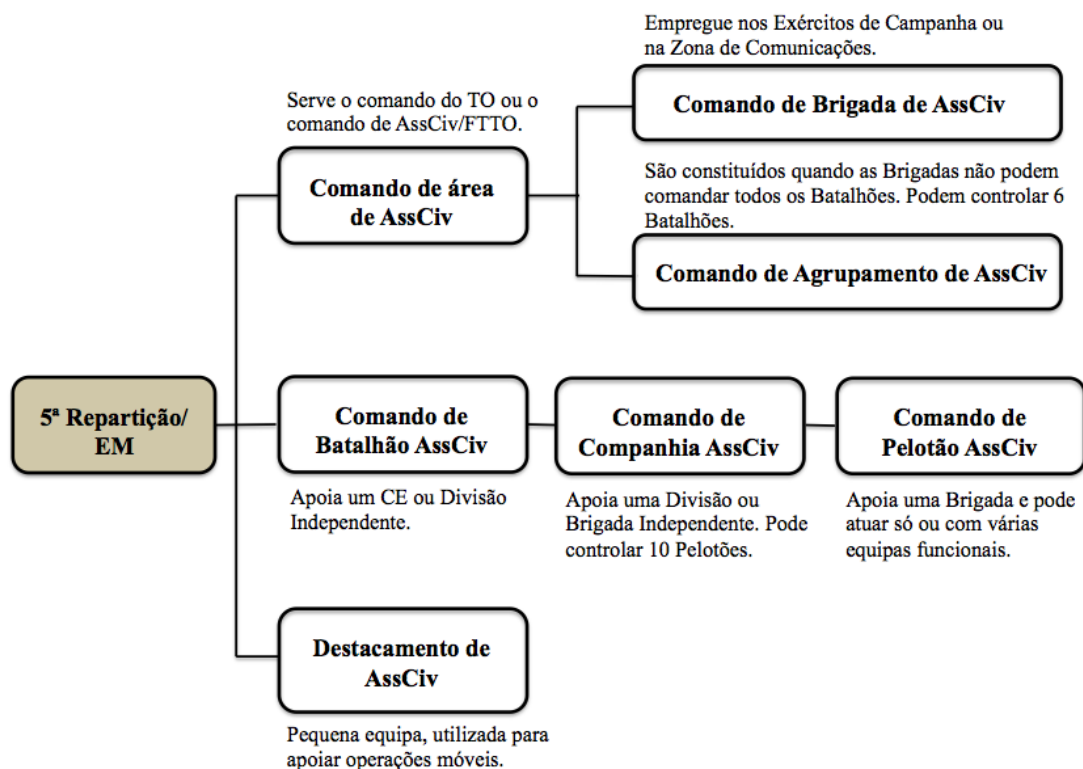


Figura 5 – Organização dos comandos e unidades de AssCiv.

Fonte: (IAEM, 1976, p. 9-10)

No TO da Guiné, e na sequência da criação do QG do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné (Decreto-Lei nº 49107 de 07Jul69), foi emanada a Diretiva 4/70 de 28Jan, na qual estavam inseridas as responsabilidades, competências e atribuições do Chefe da Repartição de AssCiv e APsic. Destacam-se o “planear, coordenar e acionar a organização das populações em autodefesa” e “preparar, sempre que necessário, a fase de transição para o Governo Militar nas áreas em que seja prevista a sua instalação” (CECA, 2015, p. 526).

3.3. Atividades de Assuntos Cíveis

As principais atividades de AssCiv desenvolvidas são apresentadas na figura 6. Estas atividades estavam doutrinariamente atribuídas ao Pelotão de AssCiv, mas eram, na sua maioria, desempenhadas pelos Destacamentos de AssCiv, constituídos por um pequeno grupo de militares (Rodrigues, 2010, p. 121).

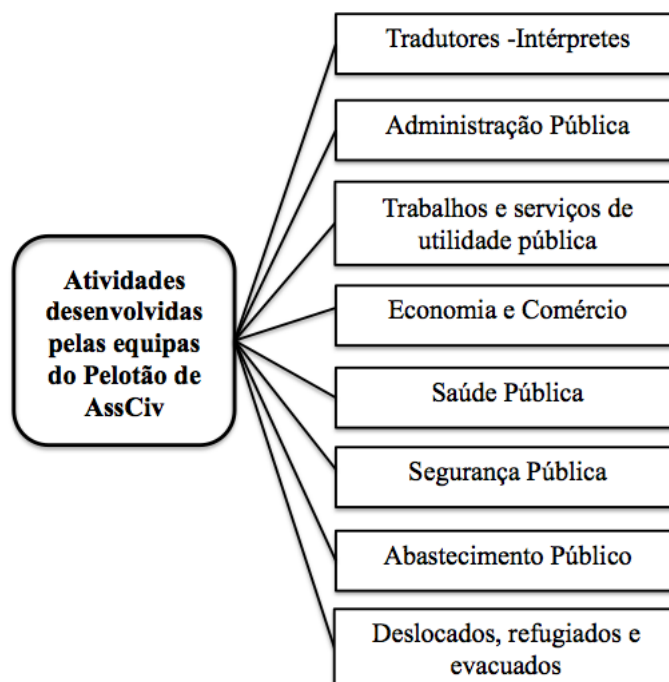


Figura 6 – Atividades desenvolvidas pelo Pelotão de AssCiv
Fonte: (IAEM, 1976, p. 21)

Desde o primeiro momento, após a chegada do GEN Spínola ao TO, em 1968, foram implementadas medidas para a reordenação do território, a construção de estradas, escolas e infraestruturas de apoio e a promoção de uma mudança de atitude das FT para com a população, visando em última instância a conquista da confiança dos autóctones, “uma conquista de almas” (Rodrigues, 2010, p. 121).

O reordenamento e autodefesa consistia em “agrupar as populações nativas em aldeamentos ou tabancas controladas por tropas portuguesas” (Rodrigues, 2010, p. 119) com o objetivo de as manter separadas dos guerrilheiros e simultaneamente permitir uma melhor administração dos programas económicos e sociais. Com esta medida pretendia-se gerar um espírito comunitário de pertença, “uma vez que as populações eram o “objetivo e o meio” da guerra subversiva, “retirá-las ao inimigo é caminhar para a vitória” (Rodrigues, 2010, p. 119).

A defesa das populações e autodefesa revestia-se de tal importância que, conforme a Diretiva nº 43/68 de 30Set, do General Spínola, “a execução dos planos de reordenamento e autodefesa” era “da responsabilidade dos respetivos Comandantes, em colaboração com as autoridades Administrativas locais” (CECA, 2015, p. 195). Deste modo, cada Comandante



tático, ao seu nível, fosse regional ou local, tinha um papel relevante na ligação com as autoridades administrativas para que estes planos fossem implementados.

Foram construídas casas simples, de madeira e barro, mas com telhados de zinco o que permitia a proteção no período das chuvas e a consequente permanência das populações. “Segundo os dados tratados por Jonh Cann, entre 1969 e 1974, as Forças Armadas portuguesas na Guiné construíram mais de oito mil dessas cabanas. Nos aldeamentos foram construídos e instalados poços para abastecimento de água, escolas e postos médicos” (Rodrigues, 2010, p. 120).

Paralelamente foi desenvolvido um grande esforço na construção e melhoramento das vias de comunicação e na construção de infraestruturas de apoio, “enquanto em 1968 havia na Guiné apenas 60 quilómetros de estrada alcatroada, cinco anos depois existiam já 550 quilómetros”. Esta melhoria significativa ficou devida em parte “ao Exército, com projetos de engenheiros militares e construção feita pelos soldados”. Por sua vez, na área escolar, o impacto teve ainda maior relevância. Para além da construção propriamente dita das escolas, as FT “assumiram um papel de grande relevo na prestação do ensino primário”. Nas localidades onde existiam unidades militares, a instrução primária foi assegurada por um professor militar. “Segundo dados publicados por Jonh Cann, no ano escolar de 1970/1971, os militares portugueses administravam 127 das 298 escolas primárias, correspondentes a 43 por cento do total” (Rodrigues, 2010, p. 123).

3.4. O papel do Comandante na condução dos Assuntos Cíveis

O Comandante, aos vários escalões de comando, desempenhava um papel fulcral e preponderante na condução das atividades de AssCiv. Segundo o Manual Escolar 1500/I, do IAEM, o controlo das operações e atividades de AssCiv devia ser centralizado tanto quanto possível ao mais alto nível de comando. Conforme é apresentado em termos doutrinários “a natureza e a conduta das operações de AssCiv exigem uma supervisão e uma coordenação muito estreitas por parte dos Comandantes de cada escalão de comando” (IAEM, 1976, p. 4). Tal desiderato foi verificado após a chegada ao TO da Guiné, em 1968, do General Spínola. Desde logo, foi levada a cabo uma renovação da estrutura militar. Para o General Spínola “seria necessário exercer autoridade direta sobre os comandantes dos vários ramos das FT para melhor coordenar toda a atividade operacional” (Rodrigues, 2010, p. 102). Apesar de defender uma coordenação centralizada, o Comandante-Chefe permitia uma execução descentralizada das operações e atividades de AssCiv.



O GEN Spínola colocou um cunho próprio e pessoal na condução da Campanha Psicológica desenvolvida na Guiné. Desde logo porque acreditava que esta era uma guerra que não seria ganha “pela força das armas, mas sim no campo da promoção social e cultural das populações” (IAEM, 1999, p. 152). Ao longo dos vários anos de guerra neste TO foram emitidas várias Diretivas que visavam a consecução do bem-estar social, a reconstrução moral e material da Província, a dignificação e promoção social do povo guineense.

Conforme se constata na Diretiva nº 8/70 de 11Abr, que definia as bases para a estruturação da APsic na Guiné, foi atribuída a missão “aos Comandos dos diferentes escalões das Forças Armadas” de “promover a execução, coordenação e fiscalização das ações determinadas através da Rep AssCiv e APsic”, cabendo-lhes especificamente, em termos de AssCiv, “promover, através da ação de presença das tropas, a elevação do nível civilizacional e a dignificação das populações autóctones” e “acionar a assistência sanitária e escolar” de acordo com as determinações superiores (CECA, 2015, p. 533).

No entanto, e apesar dos esforços para criar uma estrutura de comando com homens da sua confiança, o maior desafio foi a falta de abertura e de sensibilização para a situação vivida neste TO por parte do Governo da Metrópole. Estes factos, aliados à falta de financiamento para implementar os planos de desenvolvimento económico e social e à precariedade dos meios existentes em TO, criavam na população autóctone algum descrédito nas políticas a implementar. Apesar dessa precariedade, e correndo riscos inerentes ao enfraquecimento do dispositivo de segurança “foi decidido exercer o esforço no plano da manobra económico-social em detrimento da manobra militar” (IAEM, 1999, p. 161), que foi mantido até ao final da Guerra.

3.5. Síntese conclusiva

Verificou-se, ao longo desta investigação, que grande parte das atividades de AssCiv eram desenvolvidas em prol da população, existindo normalmente, uma forte ação de presença de militares junto da mesma. Constatou-se que foram desenvolvidos esforços por parte do GEN Spínola, nomeadamente através das várias Diretivas emanadas, no sentido de garantir a ligação e proximidade entre os vários Comandantes táticos e as autoridades administrativas locais, sendo a sua própria conduta disso exemplo.

A grande maioria das atividades de AssCiv era desenvolvida por pequenas equipas destacadas das Unidades presentes em determinada região ou local, constituídas por militares que detinham conhecimentos ou formação específica, como fosse a construção de escolas ou a própria instrução escolar. Foi ainda possível verificar que ao longo dos anos foi



incrementado o número de atividades de AssCiv, bem como a relevância que foi dada à manobra económico-social em detrimento da manobra militar.



4. A Ação Psicológica e os Assuntos Cíveis à luz do Comando-Missão

Neste capítulo pretende-se relacionar a APsic e os AssCiv, com base no modelo de análise (Tabela 1), e o Comando-Missão no TO da Guiné entre 1963 e 1974. Importa referir, que numa fase inicial da guerra, entre 1961 e 1963, a doutrina e estrutura organizacional era reduzida e ou pouco desenvolvida no que se refere à APsic e AssCiv, sendo estas matérias tratadas de acordo com o entendimento de cada Comandante e respetivo EM que atuavam no TO da Guiné, existindo apenas como referência alguns relatórios de países que já tinham tido semelhante tipo de guerra no seu território ou colónias. A partir de 1963 podemos falar numa segunda fase na abordagem deste tipo de matérias, com a elaboração de doutrina e a criação de uma estrutura organizacional que viria a ser implementada nos três TO de África.

Tabela 1 – Modelo de Análise

Conceito	Critérios	Elementos
APsic	Doutrina, formação e treino	Regulamentos, Ordens, Normas, Diretivas
	Estrutura organizacional	QO
	Atividades da APsic	Tipos de Atividades
	O papel do Comandante na condução da APsic	Comando-Missão
AssCiv	Doutrina, formação e treino	Regulamentos, Ordens, Normas, Diretivas
	Estrutura organizacional	QO
	Atividades dos AssCiv	Tipos de Atividades
	O papel do Comandante na condução dos AssCiv	Comando-Missão

No que respeita a APsic, foi analisado que em termos de Doutrina, Formação e Treino existia o Manual Escolar 1500, do IAEM, que reunia os conceitos diretamente relacionados com APsic e AssCiv existentes até então, sendo posteriormente elaborados os manuais de guerra subversiva entre 1963 e 1966 pelo EME, que definiam os diferentes níveis a que se executava a APsic e os principais objetivos a atingir em cada um deles. Para implementar o treino de tropas responsáveis por efetuar as ações ao nível tático, foi criado o CIOE em



Lamego. Em termos de estrutura organizacional, existia ao nível de EM de Teatro (QG), a 5ª Repartição que integrava todos os assuntos relativos à APsic naquele TO, enquanto ao nível dos Batalhões, existia o Oficial de APsic, responsável pelas ações levadas a cabo na Área de Responsabilidade do respetivo Batalhão, e que garantia também a ligação ao QG do TO da Guiné, recebendo indicações e atualizações do estado de situação geral e que em simultâneo informava o Comando das FT sobre a situação particular da sua Área de Responsabilidade.

No que se refere a atividades de APsic, estas foram desenvolvidas em três vertentes (propaganda, contrapropaganda e informação) com vista a afetar três tipos de público-alvo (população, inimigo e nossas forças). De forma a influenciar a população e assim obter o seu apoio para a causa portuguesa, foram desenvolvidas diversas campanhas de propaganda, onde se destaca, devido à sua dimensão, a denominada “Por uma Guiné melhor”. Em termos de contrapropaganda, o objetivo era isolar o partido político que defendia a independência da Guiné, e apoiava as forças de guerrilha, mostrando à população que os ideais defendidos por este partido não eram benéficos e que não trariam melhorias às condições de vida das pessoas. No que respeita a informação, foi instalada a Emissora Providencial da Guiné com o objetivo de fazer chegar as notícias, factos e explicações de uma forma mais célere quer à população quer às NF.

No desenvolvimento da APsic, o papel do Comandante do TO da Guiné foi fulcral, só com a chegada do GEN Spínola ao TO em 1968 e perante a sua ideologia de que as NF só obteriam sucesso se se obtivesse o apoio da população e ao mesmo tempo descredibilizasse os ideais defendidos pelas forças subversivas, e não apenas através da luta armada. O Comandante do TO, ou mesmo os de quadrícula, procuravam através da perceção da situação social, a preocupação com as pessoas e com o seu bem-estar obter a confiança da população, preocupando-se com todas as situações passíveis de influenciar a população em detrimento do combate direto às forças subversivas, que devido às circunstâncias do terreno, meios, localização e ajuda externa conseguiam obter vantagem sobre as NF, levando à sua desmotivação, pois não estavam a obter o sucesso desejado militarmente, que se materializaria no controlo do território.

Relativamente aos AssCiv, em termos de doutrina, a mesma assentava no mesmo Manual Escolar que tratava a APsic, coletânea de conceitos, e novamente nos manuais de guerra subversiva do EME, com a definição dos objetivos e atividades de AssCiv. As diretivas emanadas por parte do Comandante do TO da Guiné eram também uma referência



para os mais baixos escalões. Embora o planeamento destas atividades estivesse concentrado aos mais altos escalões de comando, o aconselhamento e informação sobre a situação particular no terreno e em cada área de responsabilidade, e posteriormente a execução dos planos definidos pelo topo da chefia, eram executados, de forma descentralizada, pelas Unidades aos mais baixos escalões. Em termos de estrutura organizacional, os AssCiv estavam inseridos na 5ª Repartição, sendo formadas unidades de AssCiv com diferentes escalões para apoio às operações. A unidade de menor dimensão empregue em TO era o Pelotão de AssCiv que apoiava uma Brigada, embora na sua maioria fossem constituídos Destacamentos de AssCiv, para apoio a operações móveis realizadas por pequenas unidades. As atividades dos AssCiv visavam essencialmente fazer a ligação das forças militares com a comunidade civil, procurando responder às necessidades das pessoas e contribuir para o desenvolvimento de uma determinada região ou da própria população. Todas as atividades desenvolvidas visavam, tal como a APsic, aumentar o apoio da população às NF e à causa portuguesa, neste caso através do suprimento de necessidades individuais bem como o desenvolvimento de infraestruturas de apoio e bem-estar da população ou sociedade como um todo. Neste campo, a influência do GEN Spínola enquanto Comandante do TO da Guiné foi muito importante, ao encorajar os mais baixos escalões a dar maior importância ao relacionamento e apoio à população e entidades civis. Embora o planeamento estivesse centralizado no QG e na própria pessoa do GEN Spínola, foi incutido à tropa no terreno para que desse mais atenção às atividades de AssCiv em detrimento do combate às forças subversivas, procurando assim conquistar a confiança e apoio da população para com as NF, reduzindo proporcionalmente esse mesmo apoio e confiança nas forças subversivas, que via assim o seu principal motivo de insurgência contestado, a melhoria de condições de vida se fossem independentes.

Comprovada a existência de doutrina, estrutura organizacional, atividades e da importância do Comandante na condução da APsic e dos AssCiv, importa agora esclarecer como se relaciona com o conceito Comando-Missão. A capacidade do GEN Spínola em ter visualizado que a guerra só poderia ser ganha através da conquista da população por meios não bélicos, retirando ao mesmo tempo a base fundamental das próprias forças subversivas, demonstra bem a perspicácia necessária de um Comandante em ter de tomar decisões conforme aquilo que lhe é apresentado no TO, e não só conforme o que estipulam os manuais. A perceção do GEN Spínola de que grandes planos ao nível de TO não surtiriam efeito a não ser que todos os escalões de comando percebessem a intenção do comandante,



levou a que o Comandante-Chefe descentralizasse o planejamento e execução da APsic e dos AssCiv de forma a que cada Comandante, ao seu nível, tendo sempre presentes as particularidades inerentes à sua Área de Responsabilidade, pudesse desenvolver diferentes tipos de atividades neste âmbito, conforme a percepção que tinha no terreno acerca do que poderia influenciar positivamente a população, obtendo assim o seu apoio e aceitação das NF.



Conclusões

Para o desenvolvimento deste trabalho começamos por explorar a bibliografia existente sobre o tema da APsic e dos AssCiv, desde livros, relatórios, diretivas, ordens, manuais doutrinários, registos de atividades relacionados com a APsic e AssCiv centralizados no TO da Guiné. De seguida, e ainda numa fase exploratória, tentamos perceber de que forma é que os Comandantes tinham em consideração estas duas atividades em prol do seu planeamento e execução das operações de combate convencionais.

O modelo de análise foi definido com base nos conceitos de APsic e de AssCiv, em que para podermos direcionar a nossa pesquisa mais em concreto, procuramos confirmar através dos critérios: doutrina, estrutura organizacional, atividades e papel do Comandante confirmar os conceitos referidos. Para uma maior especificação e também como forma de manter a coerência na abordagem aos dois conceitos, especificamos os mesmos em diversos elementos, conforme apresentado na tabela 1.

Perceber o conceito que define a função de combate Comando-Missão e de que forma é que poderíamos relacionar um conceito atual com temas que também foram atualizados e alterados, tendo-se estes transformado inclusive numa função de combate (INFOOPS) foi o passo decisivo para que pudéssemos formular a seguinte PP: De que forma as FT empregaram a APsic e os AssCiv no TO da Guiné-Bissau, entre 1963 e 1974 no âmbito da função de combate Comando-Missão? Assim, dividimos o trabalho em quatro capítulos, onde no primeiro capítulo procedemos a um enquadramento conceptual, de forma a definir conceitos que seriam importantes para a aplicação do modelo de análise e consequentemente para a interpretação dos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, dividido em cinco subcapítulos, abordamos o conceito de APsic com base no modelo de análise definido, onde em cada subcapítulo foi abordado cada um dos critérios com base nos diferentes elementos. Assim, quanto à doutrina existente no âmbito da APsic confirmámos que até 1963 não existia doutrina de base, onde estivesse devidamente definida a organização e objetivos para esta temática, e que apenas em 1963 a 1966 surgiram as primeiras referências à APsic em manuais do EME. Mesmo assim, só em 1968 com a chegada do GEN Spínola, é que se verificou uma viragem no modo de fazer a guerra, com a perceção do Comandante-Chefe de que o ponto decisivo para ganhar a guerra era a população, onde quem conseguisse influenciar e controlar as pessoas (cíveis) que se encontravam no TO, conseguiria controlar o território. A partir deste momento assistiu-se a um maior número de diretivas emanadas pelo Comandante-Chefe relacionadas com a APsic,



bem como a esforço para operacionalizar a estrutura organizacional definida nos manuais doutrinários, e consequentemente a um aumento significativo de APsic no TO da Guiné. Quanto ao papel do Comandante na condução de APsic, concluímos que ao nível do TO o papel desempenhado pelo GEN Spínola foi inequivocamente fundamental para que a APsic se desenvolvesse e fosse implementada com sucesso neste TO. Embora o GEN Spínola concentrasse em si todo o planeamento de APsic, descentralizava a sua execução, indo ao encontro do conceito Comando-Missão, em que se pretende dar liberdade aos mais baixos escalões de forma a que este possam avaliar e decidir conforme a situação com que se deparam no terreno, podendo deste modo obter maior eficácia e eficiência dos recursos disponíveis, neste caso, na utilização da APsic. Ao mesmo tempo que obtêm sucesso com a aplicação da APsic na sua área de responsabilidade, os mais baixos escalões contribuem para a concretização da intenção do comandante (GEN Spínola) que havia elaborado um plano ao nível do TO.

No terceiro capítulo, também dividido em cinco subcapítulos, é abordado o conceito de AssCiv, em que apoiado no modelo de análise, através dos diferentes elementos definidos para cada um dos critérios, confirmámos de que forma as FT empregaram o conceito de AssCiv no TO da Guiné. Relativamente à doutrina de AssCiv, verificou-se que as FT a partir de 1963 dispunham de manuais doutrinários que abordavam parte desta temática, nomeadamente o apoio às autoridades cíveis, que se enquadra nas atividades de AssCiv. Estas atividades estavam, como descrito no próprio capítulo, doutrinariamente atribuídas ao Pelotão de AssCiv, mas eram na sua maioria desempenhadas pelos Destacamentos de AssCiv, constituídos por um pequeno grupo de militares que continham conhecimentos ou formação específica, como fosse a construção de escolas ou a própria instrução escolar o que, de certa forma, reforçou a ligação e proximidade entre os vários Comandantes táticos e as autoridades administrativas locais. De igual forma à APsic, também os AssCiv foram fortemente influenciados pelo GEN Spínola com o incremento da relação de apoio dos militares à própria população e demais entidades cíveis, reduzindo desta forma, o apoio e ligação ao PAIGC.

No quarto capítulo procurámos analisar a APsic e os AssCiv à luz do Comando-Missão, onde foi possível identificar que o emprego deste tipo operações foi demorado, pois se no espaço de dois anos foi possível elaborar manuais doutrinários, onde já vinham definidos quer uma estrutura organizacional, quer os tipos de atividades de APsic e AssCiv que deveriam ser empregues, só em 1968 com a chegada do GEN Spínola ao TO da Guiné,



foi evidente a preocupação em utilizar em larga escala a APsic e em dar maior relevância aos AssCiv. É com o novo Comandante-Chefe para o TO da Guiné que se verifica quer pressões ao nível político na Metrópole de forma a obter verbas para campanhas de APsic e de AssCiv, quer através de diretivas e planos ao nível de TO e para o nível tático, dando indicações aos comandantes aos diferentes escalões para se inteirarem e preocuparem com as APsic e AssCiv, para que cada unidade, independentemente do escalão tivesse a preocupação, e estivesse consciente, da intenção do Comandante-Chefe em relação a estes temas.

A limitação do fator tempo disponível para pesquisa e compilação de relatórios da época, bem como a descontextualização face à PP deste trabalho, não permitiu relacionar a eficácia e eficiência das APsic e dos AssCiv em relação às operações militares convencionais desenvolvidas no TO da Guiné, nem perceber em pormenor se os Comandantes aos mais baixos escalões, teriam realmente consciência da importância da APsic e dos AssCiv para o seu Comando e Controlo, à luz da doutrina da época, e se realmente dariam maior relevo à APsic e aos AssCiv em detrimento das Operações de Combate Convencionais conforme a intenção do Comandante-Chefe a partir de 1968.

Quanto às atividades de APsic, as FT deram privilégio, inicialmente, às que se enquadravam no âmbito da Ação Psicossocial, com vista a conquistar a confiança das populações. Como se verificou mais tarde, a Ação Psicossocial foi fundamental na contrassubversão, através do controlo da população.

Na condução da APsic como atividade de informação e influência, constatou-se importância do papel do Comandante. Assim, se a APsic fosse devidamente dirigida, tornava-se num importante contributo para a segurança das FT e apoio à população, exigindo uma liderança adequada à situação.

Acerca do emprego dos AssCiv, concluímos que estes tinham como principal objetivo a aplicação de uma estratégia que visava a diminuição da capacidade de influência dos movimentos subversivos sobre as populações, através da melhoria das condições de vida da população.



Bibliografia

Afonso, A. & Gomes, C. d. M., 2010. *Os Anos da Guerra Colonial-1961-1975*. 1ª ed. Matosinhos: QUIDNOVI.

Alves, J. L., 1992. Os fenómenos Subversivos e Contra-Subversivos - Aspectos políticos e estratégicos nos primórdios de noventa e dois. *Revista Militar*, Março, pp. 139-171.

Associação 25 de Abril, 2015. *Guerra Colonial 1961-1974*. [Online] Available at: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=132> [Acedido em 10 março 2015].

Cann, J. P., 1998. *Contra-Insurreição em África*. 1ª ed. São Pedro do Estoril: Atena.

CECA, 1990. *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Pentaedro.

CECA, 2006b. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974 - Aspectos da Actividade Operacional*. 1ª ed. Lisboa: CAVE.

CECA, 2015. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 6º Volume, Aspectos da Actividade Operacional, Tomo II, Guiné, Livro II*. 1ª ed. Lisboa: CAVE.

Citino, R. M., 2009. *The German Way of War: From the Thirty Years' War to the Third Reich*. 1ª ed. s.l.:The Historical Association and Blackwell Publishing.

Coelho, A. R., 2013. A Guerra do Ultramar - O Mérito do Vetor Militar. *Revista Militar*, Junho/Julho, Volume 2537/2538, pp. 575-586.

EME, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva, III Acção Psicológica*. 1ª ed. Lisboa: SPEME.

EME, 1964. *Diretiva Inicial de Acção Psicológica*. Lisboa: s.n.

EME, 1966a. *O Exército na Guerra Subversiva, I Generalidades*. 2ª ed. Lisboa: SPEME.

EME, 1966b. *O Exército na Guerra Subversiva, III Acção Psicológica*. 2ª ed. Lisboa: SPEME.



EME, 1966c. *O Exército na Guerra Subversiva, IV Apoio às Autoridades Cíveis*. 2ª ed. Lisboa: SPEME.

EME, 1966. *O Exército na Guerra Subversiva, I Generalidades*. 2ª ed. Lisboa: SPEME.

EME, 1966. *O Exército na Guerra Subversiva, III Ação Psicológica*. 2ª ed. Lisboa: SPEME.

EME, 1967. *Memorando das Funções dos Oficiais de Ação Psicológica nas Unidades do Ultramar*. Lisboa: SPEME.

EME, 1968. *Instrução de Ação Psicológica na Escola de Recrutas (IE)*. Lisboa: SPEME.

EME, 1970. *Caderno 10 - Guerra Psicológica contra Portugal*. Lisboa: SPEME.

EME, 1987. *RC 130-1 Operações*. Lisboa: CEGRAF.

Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.

Exército Português, 2015. <http://www.exercito.pt>. [Online] Available at: <http://www.exercito.pt/sites/CTOE/Historial/Paginas/default.aspx> [Acedido em 02 Março 2015].

Hing, T. L., 2010. *A Cooperação Civil - Militar e os Assuntos Cíveis na Doutrina Militar Nacional*, Lisboa: s.n.

IAEM, 1976. *5ª Repartição - Assuntos Cíveis/Relações Públicas e Operações Psicológicas*. Lisboa: s.n.

IAEM, 1976. *ME-1500/I: Técnica de Estado Maior, 5ª Repartição, 1ª Parte - Assuntos Cíveis*. Lisboa: s.n.

IAEM, 1982. *ME-520000: 1ª Parte - Assuntos Cíveis e 3ª Parte - Anexos*. Lisboa: s.n.

IAEM, 1999. *Boletim n.º 49*. Lisboa: s.n.

IAEM, 1999. *Estudos sobre as Campanhas de África 1961-1974*. Lisboa: Atena.



IESM, 2014. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*, Pedrouços: s.n.

Melo, J., 1998. *Os Anos da Guerra, Volume 1*. Lisboa: Resopal.

Menezes, A. C. d., 2012. Lição Inaugural: Guerra Subversiva e Contra-Subversão. O Saber Português. *Boletim Ensino*, Maio, Issue 12, pp. 17-24.

Montgomery, 1959. *Guerra Subversiva*. Lisboa: IAEM.

NATO, 2013. *AJP 3.4.9 Allied Joint Doctrine For Civil-Military Cooperation*. Edition 1, Version A ed. s.l.:s.n.

NATO, 2014. *AJP-3.10.1(A) - Allied Joint Doctrine for Psychological Operations*. Bruxelas: NSA.

NATO, 2015. *AJP-3.10 Allied Joint Doctrine For Psychologic Operations*. Edition 1, Version A ed. s.l.:s.n.

Oliveira, H., 1962. *A Batalha da Certeza (Acção Psicossocial)*. Lisboa: Tipografia Esmeralda.

Oliveira, H., 1966. *A Batalha da Certeza (Acção Psicossocial)*. 3ª ed. Lisboa: Gráfica de Leiria.

Pereira, J. P., 2016. <http://ephemerajpp.pt>. [Online] Available at: http://ephemerajpp.pt/2016/03/24/guine-propaganda-portuguesa-durante-a-guerra-colonial/guine_acciao_psicologica_0001/ [Acedido em 6 junho 2016].

Rodrigues, L. N., 2010. *Spinola de Luis Nunes Rdrigues*. s.l.:A esfera dos livros.

Santo, 2014. *Da Arte da Guerra à Arte Militar*. 1ª ed ed. Lisboa: Princípia Editora.

Santo, G. A. d. E., 2009. Cooperação Civil-Militar na Contra-Insurreição: Leste de Angola, 1971-1973. *Revista Militar*, 61(4).

Santo, G. E., 2014. *Da Arte da Guerra à Arte Militar*. 1ª ed. Lisboa: Pincípia Editora.



Santos, V., 1997. Perspectivas para a cooperação militar portuguesa com os países africanos em desenvolvimento. *Nação e Defesa*, Issue 82, pp. 81-135.

Shamir, E., 2011. *Transforming Command - The pursuit of Mission Command in the U.S., British, and Israeli Armies*. Stanford, California: Stanford University Press.

Teixeira, J., 2012. *Os contributos da Cooperação Civil-Militar para a Política Externa Portuguesa. O caso de Engenharia Militar no Líbano*, s.l.: s.n.

Visacro, A., 2009. *Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Editora Contexto.

Wittman, J., 2012. *Auftragstaktik*. Norderstedt - Alemanha: Hartmann, Miles-Verl.